

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO PRIMÁRIO E CONHECIMENTO DA LINGUAGEM CIENTÍFICA ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS

Amadeu Hossi, Henriqueta Mutaleno Camenhe Pereira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13434>

Submetido em: 2025-09-19

Postado em: 2025-10-29 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO PRIMÁRIO E CONHECIMENTO DA LINGUAGEM CIENTÍFICA ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS

AMADEU HOSSI¹

<https://orcid.org/0009-0005-8121-7272>

md1990.mdn@gmail.com

HENRIQUETA MUTALENO CAMENHE PEREIRA²

<https://orcid.org/0009-0001-9039-8467>

mutaleno.pereira@gmail.com

¹ Gabinete Provincial da Educação da Lunda Norte, Angola.

² Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela, Angola.

RESUMO: Uma das questões que permanece premente na actualidade das agendas nacionais e transnacionais relativamente ao sistema de educação e ensino em Angola, e que domina os debates sobre a qualidade do ensino, é a formação de professores para o ensino primário. Esta pesquisa pretendeu discutir os desafios relacionados com a formação linguística e, especificamente, com o conhecimento da linguagem científica especializada em ciências, como parte da formação inicial de professores para o ensino primário. Este estudo seguiu uma metodologia qualitativa, com carácter predominantemente descritivo, apoiada na revisão bibliográfica e análise documental. A pesquisa evidenciou a incipiência da investigação sobre a linguagem científica especializada na área das ciências e indícios de desfasamento entre a realidade das exigências do ensino das ciências e a formação linguística dos professores do ensino primário.

Palavras-chave: Formação de professores; ensino primário; linguagem científica especializada; ensino das ciências.

TEACHER TRAINING FOR PRIMARY EDUCATION AND KNOWLEDGE OF SCIENTIFIC LANGUAGE SPECIALIZED IN SCIENCES

ABSTRACT: One of the issues that remains pressing on national and transnational agendas regarding the education system in Angola, and which dominates debates on teaching quality, is primary school teacher training. This research aimed to discuss the challenges related to language training, and specifically, to knowledge of specialized scientific language in science, as part of initial primary school teacher training. This study followed a qualitative methodology, predominantly descriptive in nature, supported by a literature review and document analysis. The research highlighted the incipience of research on specialized scientific language in the field of science and evidence of a gap between the real demands of science teaching and the language training of primary school teachers.

Keywords: Teacher training; primary education; specialized scientific language; science teaching.

LA FORMACIÓN DE PROFESORES PARA LA ENSEÑANZA PRIMARIA Y EL CONOCIMIENTO DEL LENGUAJE CIENTÍFICO ESPECIALIZADO EM CIENCIAS

RESUMEN: Uno de los temas que persiste en las agendas nacionales y transnacionales respecto al sistema educativo en Angola, y que domina los debates sobre la calidad de la enseñanza, es la formación del profesorado de primaria. Esta investigación tuvo como objetivo analizar los desafíos relacionados con la formación lingüística, y específicamente, con el conocimiento del lenguaje científico especializado en ciencias, como parte de la formación inicial del profesorado de primaria. Este estudio siguió una metodología cualitativa, predominantemente descriptiva, sustentada en una revisión bibliográfica y un análisis documental. La investigación destacó la incipiente investigación sobre el lenguaje científico especializado en el campo de las ciencias y la evidencia de una brecha entre la realidad de las demandas de la enseñanza de las ciencias y la formación lingüística del profesorado de primaria.

Palabras clave: Formación de profesores; educación primaria; lenguaje científico especializado; enseñanza de las ciencias.

Introdução

A formação de professores na actualidade é um dos assuntos mais debatidos. Este texto pretende discutir os desafios relacionados com a formação linguística e, especificamente, com o conhecimento da linguagem científica especializada em ciências, como parte da formação inicial de professores para o Ensino Primário (EP). A abordagem centra-se no modo como um professor com sólida formação e domínio da terminologia específica da área das ciências, aplicando-a criteriosa e consistentemente na sala de aulas, desperta a curiosidade, interesse, compreensão dos fenómenos e estruturas em estudo, maximizando assim a aprendizagem dos seus alunos.

Faz-se importante discutir o processo de formação de professores do EP e o conhecimento da linguagem científica especializada em ciências porquanto o País dispõe de um referencial legal considerado insuficiente sobre a promoção e o ensino das demais línguas que se consubstanciam nas línguas maternas de parte maior dos alunos do EP, considerando que o conhecimento da linguagem especializada em ciências subjaz ao conhecimento da língua, e o desafio consiste, especialmente, no facto de os alunos terem maioritariamente línguas maternas diferentes, dada a multilinguagem e a multiculturalidade e pelo facto dessas não se constituírem em língua de escolarização.

O Decreto Presidencial 273/20, de 21 de Outubro, estabelece o Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário. Segundo o referido diploma, a formação inicial de professores para o EP qualifica e habilita ao desempenho profissional docente em regime de monodocência (art. 6.º). Entretanto, as constatações referem o desalinhamento entre o perfil de formação de professores em regime de monodocência e as áreas de conhecimento e unidades curriculares a leccionar, sobretudo no que tem que ver com o conhecimento e desenvolvimento da linguagem específica na área das ciências.

O presente estudo seguiu uma metodologia qualitativa, com carácter predominantemente descritivo, apoiada na revisão bibliográfica e análise documental. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objectivo e âmbito deste estudo. Bryman (2012) e Yin (2011) consideram que as investigações qualitativas permitem um conhecimento em profundidade relativamente ao objecto de estudo.

A escolha dos procedimentos é, também, grandemente determinada pelo objectivo do estudo (Bogdan & Biklen, 1994; Creswell, 2007; Fortin, 1999). Assim, optou-se pela revisão da literatura, a respeito do conhecimento da linguagem especializada na área das ciências, e pela análise documental dos normativos que determinam a política linguística no País e que orientam a formação de professores.

Aquisição da língua e desenvolvimento da linguagem

A aquisição da língua, enquanto sistema ou conjunto de símbolos através dos quais o homem se comunica, é considerada uma área da psicolinguística. Entender como ocorre esse processo tem grandes implicações para a educação, concretamente no processo de formação de professores do EP e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da criança, na escola do EP.

O processo de aquisição da língua tem um padrão, maioritariamente, comum à toda a pessoa. A respeito disso, Correa (1999) destaca que só por meio de uma teoria da aquisição da língua se pode explicar esse facto, olhando de que maneira a aquisição de uma linguagem específica pode tornar fácil o processo pelo qual a aquisição espontânea de uma língua se realiza, no caso a Língua Portuguesa (LP).

Nesses termos, a aquisição da linguagem, entendida como capacidade humana de idealização e comunicação dentro de uma determinada língua, associando a isso gestos e outras expressões, corresponde a um processo de interacção dialéctica que consiste na mudança de estado de uma pessoa que não possui alguma forma verbal de se comunicar e, sem a necessidade de passar por processos de formação formal, adopta uma língua, conseqüência do meio em que se encontra inserida, construindo um modo de interacção (Correa, 1999).

No EP, o ensino da LP tem um objectivo privilegiado, o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita. Para essa aprendizagem, é fundamental o desenvolvimento da linguagem oral por se firmar como base da linguagem escrita. A linguagem oral é uma capacidade inata do aluno e é uma das dimensões facilitadoras da aprendizagem da linguagem escrita (Viana & Parente, 2019).

Sim-Sim (1998) afirma que é por meio da necessidade de se comunicar que a criança desenvolve a capacidade de formular e de compreender um enunciado em constante uso. Nesta linha, o professor de ciências precisa aprender a linguagem especializada desde a sua formação. Faz-se também importante que o professor do EP conduza a aprendizagem da criança, proporcionando-lhe ambientes comunicativos e de interacção social específicos, ajudando-a a reflectir sobre o uso da linguagem específica através de um ensino explícito, fazendo a criança falar, deixando-a falar e ouvi-la a falar.

Com base em Viana (2002), quando a criança se insere num meio rico em uso oral da língua, ela aprende, organiza e analisa os significados das palavras, desenvolve esquemas linguísticos a partir do uso que efectua dessa língua. A autora acrescenta que na linguagem oral, “antes de falar, a criança ouve e compreende” (Viana, 2002, p. 69). Para proporcionar à criança um meio rico em uso oral da língua, para além do seu ciclo familiar, entende-se ser necessário que o professor, desde as classes de base, utilize a linguagem específica de uma determinada área do saber, ajustada ao nível de desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança.

À partida, a criança tem a capacidade de adquirir a língua da comunidade em que esteja inserida como língua materna. E a qualidade da sua identidade linguística é grandemente dependente do *input* que ela vai receber do meio. Para que isso aconteça, como destaca Correa (1999), é preciso que a criança desenvolva a capacidade de identificação dos sistemas fonológico, morfológico, lexical e sintáctico da língua em causa.

Ao desenvolver essas capacidades, estará a percorrer o longo caminho para um conhecimento seguro e explícito da língua, a consciência linguística.

Os normativos em vigor no EP referem uma série de objectivos comunicativos dos quais, destaca-se desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão oral e escrita. Entende-se que nesse objectivo está implícita a necessidade de o professor utilizar uma linguagem específica para cada área do saber. Para o aluno, a necessidade de crescer aprendendo a linguagem especializada para cada área do saber que ela for submetida.

No contexto educativo, de acordo com a perspectiva apresentada por Duarte (2008), o “conhecimento linguístico” designa um conhecimento que a pessoa detém de forma explícita, reflexiva e sistemática do sistema que os falantes já carregam. Já a “consciência linguística” é dada de ponte. É uma fase do conhecimento linguístico que medeia o conhecimento intuitivo da pessoa e o conhecimento explícito.

O contexto angolano: da Lei à realidade

A LP em Angola configura-se como língua oficial e, conseqüentemente, língua de escolarização, portanto desempenha um papel importante no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com n.º 1 do art. 19.º da Constituição de República de Angola (CRA) o Português é a língua oficial do País. No entanto, Angola é um mosaico plurilingue muito vasto e as suas línguas circunscrevem-se em pequenas regiões que compõem o País. Entretanto, a promoção e o asseguramento das condições humanas, materiais, técnico-científicas e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino das línguas de Angola, ainda não responde às necessidades locais das escolas.

No EP, a LP não só se constitui como conteúdo específico a ser trabalhado com as crianças na escola, como também é o principal veículo de comunicação. É, também, por meio da LP que se concretiza todo o processo de ensino-aprendizagem em outras áreas do saber, tais como em Ciências da Natureza.

É importante destacar a importância da LP no EP enquanto veículo de comunicação no contexto escolar, pois é por meio dela que os alunos se integram na sociedade. O conhecimento da linguagem especializada em ciências subjaz ao conhecimento da língua.

Entretanto, o desafio consiste, especialmente, no facto de os alunos terem maioritariamente línguas maternas diferentes, dada a multilinguagem e a multiculturalidade do País. É daí que se considera olhar para a formação contínua de professores do EP e que esta formação seja de forma contextualizada com as realidades da região onde o professor trabalha.

Em seu turno, a língua oficial é entendida como língua estatuída por um determinado Estado e que serve de meio de comunicação com os países vizinhos e /ou amigos. É também a língua da administração Pública. É daí que a mesma língua aparece no art. n.º 1 do art. 16.º da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE) como língua de escolarização.

Dada a diversidade etnolingüística caracterizada pelo multilinguismo e pelo multiculturalismo reinante em Angola, muitas crianças chegam à escola sem antes terem tido contacto com a LP. Isso destoa a actividade do professor na medida em que ensina a LP como primeira língua a crianças cuja língua de base é diferente do Português, fazendo levantar alegações sobre o sucesso da aprendizagem de outras áreas específicas, incluindo Ciências da Natureza.

A política nacional de promoção, expansão no ensino e de ensino das línguas locais (n.º 2 do art. 19.º da CRA; n.º 2 do art. 16.º da LBSEE) traz de forma implícita uma crescente diversidade linguística nas escolas. É nesses termos que Pereira (2014) assegura que as línguas, enquanto formas de expressão do pensamento, de comunicação, de intervenção e interacção social e de criação e transmissão de conhecimentos, uma vez libertas de hierarquizações simbólicas e de restrições de uso, são um lugar privilegiado para o exercício e a promoção da justiça social na comunidade escolar.

Para que isso se efective, é necessária uma avaliação aprofundada sobre o currículo de formação de professores, no que se refere as línguas a usar na escola e uma formação diferenciada, de acordo com a área de formação e o contexto escolar.

A motivação é uma das condições fundamentais da aprendizagem. O aluno que descobre, ao entrar para a escola, que não tem de abandonar as línguas faladas em casa ou pela família mais próxima, mas que, pelo contrário, elas são alvo do interesse de colegas, professores e funcionários, fica naturalmente predisposto a adquirir e a aprender as outras línguas que o rodeiam. A própria consciência da capacidade de interiorizar e usar outras línguas sem o medo constante de ser negativamente avaliado motiva novas aprendizagens, dentro e fora da escola. (Pereira, 2014, p. 80)

Do conhecimento da língua à linguagem especializada

Destaque-se que, no contexto de formação de professores em Angola, o conhecimento da linguagem científica especializada é explorado em dois níveis: (i) nos conteúdos das disciplinas ligadas às ciências que os professores do EP irão leccionar e, preferivelmente, implementarão com as crianças no EP; (ii) no processo de ensino e aprendizagem das disciplinas ligadas à área das Ciências da Natureza durante o processo de formação inicial do professor do EP.

Ao referir o conhecimento da língua, nesse texto, está a se falar do conjunto de símbolos à disposição de um utente para se comunicar com os seus. Não se pretende, com isso, apresentar uma definição acabada de língua, corroborando a perspectiva de Saussure (invocada por Etto & Carlos, 2018) de que é difícil conceituar “língua”, visto que a definição desse conceito depende, em grande parte, do enfoque do investigador, dito de outra maneira, é a perspectiva do pesquisador que determina ou cria o objecto, entretanto isso não quer dizer que cada um defina a língua a seu bem entender (Etto & Carlos, 2018).

Já ao mencionar o termo linguagem está a se referir ao uso verbal (oral ou escrito) da língua no quotidiano dos utentes, com associação das expressões faciais e outras formas de se exprimir.

Enquanto o uso da linguagem é natural e espontânea, a linguagem especializada é empregada em contextos técnico-científicos específicos. Jakobson (1977, *apud* Galvão, 2004, pp. 241-252) afirma que “a linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções. No entanto, para compreender essas funções é preciso observar antes, os factores que constituem todo processo linguístico, todo o acto de comunicação verbal”. O termo linguagem possui uma conceituação complexa, no entanto revela a dimensão do objecto que refere. Isso é aplicável não apenas à linguagem geral, mas também à especializada.

Sager (1980) considera a linguagem de especialidade dependente da linguagem geral, baseia-se nela e é dela que deriva. Assim, o autor afirma que a linguagem especializada:

- Indica as possibilidades para o emprego de unidades linguísticas específicas (termos) e significados próprios;
- Tem aplicação específica e incomum;
- Resulta de consensos conceituais existentes dentro do campo científico ou tecnológico;
- Tem como objectivo a educação especializada e a comunicação entre especialistas do mesmo campo ou campos relacionados;
- Não se configura apenas como conjuntos de termos, eles possuem uma dimensão pragmática, uma dimensão semântica e uma dimensão sintáctica própria;
- Para compreender a linguagem especializada, é preciso ter um certo nível de conhecimento ou treinamento na área a que se refere.

Bélanger (1991) deixa alguns indícios sobre os fenómenos que devem ser observados no estudo da linguagem especializada. O autor afirma que depois de muito tempo, os terminólogos colocaram à disposição dos usuários um inestimável número de obras que recensearam termos relacionados a uma área do saber.

No entanto, ter um conhecimento especializado não é compreender devidamente todos os termos utilizados, mas conhecer a forma como são empregues de acordo com o contexto comunicativo. Isso é comparado a um falante da LP que, conhecendo a língua, domina um conjunto de palavras que lhe permite se enquadrar na comunidade linguística, entretanto não o torna conhecedor de todo o léxico português.

É certo que nem sempre será possível o professor organizar actividades, considerando simultaneamente a adequação da actividade com o conteúdo a trabalhar e ao contexto e o uso da linguagem científica especializada, pois esses elementos são determinados pelo tipo de conteúdo a ser trabalhado e de objectivos que vão orientar a actividade pedagógica.

Alguns estudiosos como Gonçalves *et al.* (2011) já demonstraram que o desenvolvimento linguístico à entrada na escola determina o percurso escolar do aluno para certas áreas específicas. De igual modo, a forma como o professor que acolhe esse aluno na escola vai conduzir o processo de ensino é importante para o desenvolvimento linguístico especializado que consequentemente determina a maturação cognitiva do aluno.

A importância da linguagem especializada na formação de professores é destacada por Santos (2019). Ela considera a linguagem um instrumento central para a percepção (descrever), a compreensão (informar), a problematização (confrontar) e a proposta de transformação (reconstruir). Para essa autora, o uso da linguagem especializada propicia a abordagem e a análise das escolhas feitas pelos professores do EP, permitindo-lhes perceber as teorias que fundamentam as suas opções e acções de modo que consiga reconstruí-las.

A formação de professores do ensino primário no contexto angolano

No âmbito das ciências da educação, um dos tópicos muito discutidos é, sem dúvidas, a formação de professores. A centralidade deste tópico deve-se às implicações que tem sobre os demais componentes do sistema educativo, quer nas suas exigências, quer nos seus reflexos ou resultados. A formação de professores é portanto uma temática abundantemente explorada como também uma preocupação constante, pelo seu carácter dinâmico e mutável, porque contextualizado às realidades sociais e aspirações nacionais para o ideal de Educação e objectivos de desenvolvimento socioeconómico.

Não sendo objectivo desta pesquisa radiografar a vastidão de aspectos teóricos relativos à formação de professores, pretende-se apresentar, neste texto, uma breve referência ao quadro normativo da formação de professores do Ensino Primário (EP) em Angola e alguns dos seus principais desafios, actuais e futuros, entre os quais a formação linguística.

Tal como tem sido referido, se por um lado Angola já dispõe de uma base legislativa sobre a formação de professores ajustada à nova realidade decorrente das opções que o País fez sobre esta matéria, ainda há carência de regulamentação específica sobre a formação de professores para o EP que de facto tenha em conta as particularidades deste nível de ensino. A isso associa-se o facto de existir pouca informação sistematizada e consistente sobre a eficácia da actual estruturação do sistema de formação de professores (Camenhe Pereira; Cangenjo; Bartolomeu, 2025).

O Decreto Presidencial n.º 273/20, de 21 de Outubro – Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário – é o principal diploma que rege a formação de professores em Angola sendo, portanto, aplicável aos cursos ministrados no Ensino Superior Pedagógico e no Ensino

Secundário Pedagógico. Este instrumento define também as condições para a criação, organização, funcionamento e avaliação dos cursos de formação inicial de professores.

De acordo com este normativo, a formação inicial de professores visa especificamente proporcionar a aquisição, pelos futuros professores, de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores exigidos pelas competências do desempenho docente, tendo em conta os perfis de qualificação profissional docente, os currículos oficiais das disciplinas para os quais a docência e os cursos qualificam e habilitam e as implicações no papel da escola e do professor (art. 5.º). Segundo o referido diploma, a formação inicial de professores para o EP qualifica e habilita ao desempenho profissional docente em regime de monodocência (art. 6.º).

No entanto, face às constatações relativamente ao desalinhamento entre o perfil de formação de professores em regime de monodocência e as áreas de conhecimento e unidades curriculares que deviam leccionar, fundamentalmente na 5.ª e 6.ª classes, cuja frequência a alínea b) do n.º 3 do art. 27.º da LBSEE convoca a sua regulamentação por um diploma próprio. É nesses termos que foi estabelecido o Regulamento da Docência na 5.ª e 6.ª classes pelo Decreto Executivo 169/24, de 29 de Agosto.

O novo formato de docência nestas classes é, assim, apresentado como monodocência coadjuvada, o qual pressupõe a existência de um corpo docente constituído por um professor titular e dois professores coadjuvantes. De acordo com este Decreto, o professor titular deve possuir licenciatura em EP ou curso secundário pedagógico em EP, e os professores coadjuvantes devem possuir licenciatura ou curso secundário pedagógico na componente curricular que vai leccionar (art. 10.º).

Esta nova conformação da docência no EP representa um desafio respeitante à capacidade das Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, a disponibilizarem na sua oferta formativa o curso de licenciatura em EP e que este atenda ao plasmado no Decreto Presidencial n.º 273/20, de 21 de Outubro, conforme aludido anteriormente. Outro desafio premente decorre da exiguidade de estudos sobre a vinculação entre a organização dos planos curriculares destes cursos de licenciatura em EP e o plano de estudos do EP, em termos das áreas de conhecimento privilegiadas num e noutro. Esta carência de estudos consistentes é também relativamente à eficácia do actual modelo de formação de professores adoptado por Angola, tal como referem Camenhe Pereira, Cangeno e Bartolomeu (2025).

Portanto, conforme mencionado anteriormente, em Angola a formação inicial de professores é assegurada pelo Ensino Secundário Pedagógico e pelo Ensino Superior Pedagógico, embora já exista um conjunto de iniciativas governamentais tendentes a garantir que o subsistema de formação de professores seja unicamente realizado pelo Ensino Superior Pedagógico. No entanto, seja responsabilidade unicamente do Ensino Superior Pedagógico ou não, de acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino – Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, um dos objectivos gerais do subsistema de formação de professores é o de formar professores e demais agentes de educação com sólidos conhecimentos científicos, pedagógicos, metodológicos, linguísticos, culturais, técnicos e humanos (art. 43.º).

Considerações finais

Este texto abordou sobre a formação de professores e o conhecimento da linguagem científica especializada em ciências, e visou discutir o quadro normativo da formação de professores para o Ensino Primário em Angola, olhando para questões relacionadas com o conhecimento da linguagem científica especializada.

Em Angola, parte maior de crianças tem o português como língua segunda, portanto o seu ensino devia ser como L2 ou como língua estrangeira. Os normativos que estabelecem os princípios de formação de professores prevêm qualificar o indivíduo para o desenvolvimento de capacidades, actitudes e valores, para o exercício da monodocência no EP até à 4.ª classe. É daí que resulta o desalinhamento do perfil de saída do estudante do curso da graduação em

formação de professor para o EP e as áreas de conhecimento que esse virá leccionar em regime de monodocência.

Referências

- ANÇÃ, Maria Helena. Da língua materna à língua segunda. Lisboa: Noises, 2015.
- ANGOLA. Constituição da República de Angola. Edição Especial Actualizada. Lexdata – Sistemas e Edições Jurídicas, Lda.
- BÉLANGER, Gilles. Pour une nouvelle terminographie. *Meta*, V.36, n.º 1, pp. 49-54, 1991.
- BOGDAN, Robert, & BIKLEN, Sari Knopp. Investigação Qualitativa em Educação - Uma Introdução à Teoria e aos Métodos: Porto Editora, 1994.
- BRAVALHERI, Rubens de Sousa et al. O espaço como ambiente na perspectiva de Malaguzzi e as affordances. *Contrapontos Eletrônica*. v. 24. n.º 1. Itajaí, p. 242-252, 2024. Disponível em www.univali.br/periodicos/contratempos
- BRYMAN, Alan. Social research methods. 4. ed. New York: Oxford University Press, 2012.
- CAMENHE PEREIRA, Henriqueta Mutaleno; CANGENO, Benedito; BARTOLOMEU, Dário Artur Manuel. Desenvolvimento profissional de professores em serviço no ensino primário. *RECIMA21*, São Paulo, v.6, n.6, p. 1-13, Jun.2025. Disponível em <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i6.6499>
- CORREA, Leticia Maria Sicuro. Aquisição da linguagem: uma retrospectiva dos últimos trinta anos. *D.E.L.T.A.*, V. 15, N.º ESPECIAL, 339-383, 1999.
- CRESWELL, John. Projecto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e mistos. 2ª Ed. California: Artimet Editora, 2007.
- DECRETO EXECUTIVO n.º 169/24 do Ministério da Educação. *Diário da República: I Série*, n.º 166. 2024. Disponível em: [Decreto Executivo n.º 169/24](#)
- DECRETO PRESIDENCIAL n.º 273/20 do Presidente da República. *Diário da República: I Série*, n.º 168. 2020. Disponível em: <https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2020/decreto-presidencial-n-o-273-20-de-21-de-outubro/>
- DUARTE, Inês. O conhecimento da Língua: Desenvolver a consciência linguística. 1.ª ed. Lisboa: Ministério da Educação de Portugal – DGIDC, 2008.
- ETTO, Rodrigo Mazer; CARLOS, Valeska Gracioso. A Língua E A Linguagem Em Três Perspectivas. *Linguagens & Cidadania*. v. 20, 2018.
- FORTIN, Marie-Fabienne. O processo de Investigação: Da concepção à realização: Lusociência, 1999.
- GALVÃO, Maria Cristina Barbosa. A Linguagem de especialidade e o texto técnico-científico: notas conceituais. *Transinformação*, Campinas, v.16, n.º 3, pp. 241-251, 2004.
- GONÇALVES, Fernanda et al. O Conhecimento da língua: Percorso de Desenvolvimento. 1.ª ed: Ministério da Educação de Portugal – DGIDC, 2011.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1977.
- LEI N.º 32/20, de 12 de Agosto. Lei que altera a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro - D.R – I Série, n.º 123. Luanda: Assembleia Nacional de Angola.

- MOREIRA, Ana Rosa Picanço; SOUZA, Tatiana Noronha. Ambiente pedagógico na educação infantil e a contribuição da psicologia. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. v. 20, n. 2, p. 229-237, 2016.
- PEREIRA, Dulce. Para uma cultura linguística de escola. 2014. Universidade de Lisboa/ILTEC.
- SAGER, Juan Carlos. *English special languages: principles and practice in science and technology*. Wiesbaden: Brandstetter, 1980.
- SANTOS, Juliana Ormastroni de Carvalho. Perspectiva crítico-reflexiva e colaboração na formação do professor. *RIFP, Itapetininga*, v. 4, n.1, p. 85-99, 2019.
- SIM-SIM, Inês. *Desenvolvimento da linguagem*. 1.^a edição. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.
- VIANA, Fernanda Leopoldina. *Da linguagem oral à leitura: construção e validação do teste de identificação de competências linguísticas*: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- VIANA, Fernanda Leopoldina; PARENTE, Maria Cristina. «Ler» antes de ler. Dos pré-requisitos às competências facilitadoras: Instituto de Educação — Universidade do Minho, 2019.
- WEISZ, Telma; SANCHEZ, Ana. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. 2.^a ed. Ática, 2002.
- YIN, Robert Kuo-zuir. *Qualitative research from start to finish*. New York: The Guilford Press, 2011.
- ZANLORENZI, Maria Josélia; SANDINI, Sabrina Pia. Política docente: formação de professores e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica. *RAFP*. v. 2, n.º 3, 2017.

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todos os dados que serviram de base para a pesquisa estão contidos no próprio texto.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Amadeu Hossi: Formulação dos objectivos e metas da pesquisa. Responsável pela planificação e execução das actividades da pesquisa. Desenho e desenvolvimento da metodologia da pesquisa. Preparação e escrita do manuscrito inicial. Revisão final do manuscrito.

Henriqueta Mutaleno Camenhe Pereira: Co-responsável pela planificação e condução da pesquisa. Co-responsável pela preparação do manuscrito inicial.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram não ter conflitos de interesse e a investigação foi autofinanciada.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.